

Pós-modernidade: uma tentativa de reflexão sobre sua expressão econômica, política e cultural



Marinez Gil Nogueira¹

Resumo

Analisa o sentido da chamada pós-modernidade como uma situação de transição no interior do próprio sistema capitalista para novas formas de acumulação de capital e de dominação política. Busca refletir sobre a expressão econômica e política da pós-modernidade, visando analisar, também, as implicações destas mudanças socio-econômicas no plano político-cultural.

Palavras-chave

Pós-modernidade; reestruturação produtiva; neoliberalismo; acumulação flexível.

Abstract

It Analyses the meaning of the so-called post-modernity as a moment of transition within the capitalist system itself for new forms of

¹ Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e coordenadora do Núcleo de Atividades de Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – NAPPSS.



capital accumulation and political domination. It tries to reflect on the economic and political expression of post-modernity, aiming at analyzing, also, the implications of such socio-economics changes at the political and cultura level.

Keywords

Post-modernity; productive re-structuring; new liberalism; flexible accumulation.

Vivemos na contemporaneidade uma situação socioeconômica, política e cultural analisada por muitos autores como uma situação de crise, vazio, conformismo político e ideológico, inquietude e desilusão no que se refere ao progresso da humanidade. Essa época de crise e desesperança vem sendo caracterizada como pós-moderna.

Refletir o sentido do termo pós-modernidade exige uma análise do próprio significado da modernidade. Do ponto de vista do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade, a modernidade tem seu início no século 18 com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse desenvolvimento passa a ter sua base em um projeto sociocultural de “autonomia” no campo político-social e cultural, assentado no progresso racional. A razão passa a ser a arma principal contra as tradições e dogmas, ou seja, a todo pensamento dominante da Idade Média. Conforme Castoriadis:

A razão – de fato, o entendimento – apresenta-se então como o fundamento auto-suficiente da atividade humana, a qual não possui qualquer fundamento outro a não ser ela mesma [...] Resultado final: o capitalismo, o liberalismo e o movimento revolucionário clássico dividem o imaginário do progresso e a crença de que a potência material técnica como tal é a causa ou a condição decisiva da felicidade ou emancipação humana (1982, p. 21).

Neste sentido, o caráter essencial da época histórica concebida como “moderna” está no projeto de autonomia individual e social e de domínio racional. Para Santos, “o paradigma cultural da modernidade constituiu-se antes do modo capitalista se ter tornado dominante e extinguir-se-á antes deste último deixar de se tornado dominante” (1993, p. 182). Para este autor, a modernidade constituiu-se de um projeto ambicioso em suas promessas, cumprindo muitas delas em excesso, no que se refere ao desenvolvimento racional técnico-científico. Entretanto, comporta um déficit irreparável no cumprimento de outras, no que se refere ao desenvolvimento social no âmbito da igualdade e fraternidade, isto é, equidade social.

A situação socioeconômica e política contemporânea, apresentada como uma situação de crise e de vazio, pode ser analisada como resultado da relação de excesso e déficit do cumprimento das promessas do projeto da modernidade.

Para analisar o sentido da chamada pós-modernidade faz-se necessário demarcar o seu início no processo de desenvolvimento do capitalismo. É sob este prisma que utilizaremos a periodização proposta por Santos (1993), que divide o desenvolvimento capitalista em três estágios: o primeiro é o período que cobre todo o século 19, chamado de capitalismo liberal. O segundo tem início no final do século 19 e alcança seu pleno desenvolvimento no período entre guerras e nas primeiras décadas depois da Segunda Guerra Mundial. O terceiro período inicia-se no final da década de 60 e é o que vem sendo chamado de pós-moderno. Algumas análises teóricas (HARVEY, 1992; BRUNHOFF, 1991) caracterizam esse período como um contexto de domínio do “capitalismo financeiro”. Offe (1989) o caracteriza como período do “capitalismo desorganizado” em contraste com a organização do período anterior.

O contexto atual do desenvolvimento capitalista vem sendo caracterizado como “pós-moderno”. Compreendemos que é um período em que se vem processando mudanças no modo de acumulação capitalista, configurando uma transição para novas formas de acumulação. Concordamos com Santos quando observa que a situação político-econômica da contemporaneidade deve ser analisada como:

Uma situação de transição. Como todas as transições são simultaneamente semicegas e semi-invisíveis, não é possível nomear adequadamente a presente situação. Por esta razão lhe tem sido dado o nome inadequado de pós-modernidade. Mas, à falta de um melhor, é um nome autêntico em sua inadequação (1993, p. 182).

Este artigo visa refletir o sentido da chamada pós-modernidade como um processo de mudança sócio-histórica e político-cultural no sistema capitalista da sociedade contemporânea. Entendemos que o termo “pós-moderno” é considerado, na maioria das análises teóricas recentes, como um conceito obscuro, sem clareza teórica para designar a fase histórica contemporânea. Entretanto, consideramos que mesmo sendo um conceito sem um consenso teórico quanto ao seu significado, ele é uma tentativa de expressar-se o processo de reestruturação produtiva na dinâmica do capitalismo a partir da grande crise capitalista da década de 70. Essa reestruturação resultou em um novo quadro sócio-político e cultural na sociedade. Para Castoriadis (1982), esse novo quadro pode ser caracterizado como a “época do conformismo generalizado”.

Este artigo está constituído de duas partes. Na primeira, buscamos analisar a pós-modernidade como uma situação de transição no interior do próprio sistema capitalista para novas formas de acumulação de capital e dominação política. No nível econômico, essa mudança tem sua expressão na chamada acumulação flexível e, no político, pela ofensiva da ideologia neoliberal. Na segunda parte, tentamos refletir as implicações destas mudanças socioeconômicas no plano político-cultural.

Pós-modernidade: a transição para uma nova forma de acumulação de capital e de dominação política

Como vimos, o projeto sociocultural da modernidade está intrinsecamente ligado ao trajeto do desenvolvimento capitalista, assentado no ideal de “autonomia” e “domínio racional” da sociedade. Segundo Castoriadis: “O capitalismo torna-se assim um movimento perpétuo de auto-reinstituição da sociedade por assim dizer

‘racional’, mas essencialmente cega, por causa do uso irrestrito de meios (pseudo) racionais tendo em vista um só fim (pseudo) racional (1982, p. 20).

A racionalidade da sociedade capitalista moderna é analisada por Castoriadis como uma pseudo-racionalidade no que diz respeito ao progresso humano, visto não só em termos técnico-científicos, mas, também, no sentido do desenvolvimento social. Essa análise remete-nos a pensar o significado do balanço feito por Santos (1993) a respeito do excesso e déficit de cumprimento das promessas da modernidade. O desenvolvimento tecnológico propiciou ao homem não só ir a lua, como, também, um desenvolvimento industrial militar que expõe o mundo ao perigo nuclear e à catástrofe ecológica. Entretanto, no campo social, o homem não conseguiu resolver o problema da fome e da falta de equidade social. É neste sentido que o projeto da modernidade é deficitário no cumprimento de suas promessas.

Podemos observar que no processo histórico do desenvolvimento capitalista há o predomínio sucessivo de duas concepções político-econômicas. Uma que defende a auto-regulação do mercado e outra que defende a regulação econômica pelo Estado. Segundo Brunhoff, “de maneira simplificada, podemos indicar o predomínio sucessivo de duas concepções diferentes: a do período keynesiano, contra a ideologia do Laissez-faire anterior a 1914, e a dos novos economistas, neoclássicos e monetaristas representados por Milton Friedman” (1991, p. 21).

A ideologia do “Laissez-faire” do período de capitalismo liberal é substituída no período keynesiano pelo ideal de “regulação estatal”. Entretanto, a partir do final da década de 70, o ideário de “livre força de mercado” é retomado pelo chamado neoliberalismo que tem Milton Friedman como principal expoente.

O avanço da ideologia neoliberal a partir dos anos 80 no cenário político-econômico do capitalismo mundial deve ser compreendido como resultado da crise geral do capitalismo a partir de 1973. Segundo Harvey (1992), neste contexto é evidenciada uma crise no capitalismo em países da Europa e nos Estados Unidos, com diminuição do crescimento econômico – constatada na decrescente taxa de lucratividade empresarial – e inflação crescente. Esse cenário propiciou o ressurgimento dos dogmas liberais, através de uma formulação discursiva mais moderna e mais técnica, isto é, o chamado neoliberalismo.

Compartilhamos das reflexões teóricas que analisam essa crise do capitalismo contemporâneo, nos países de capitalismo avançado, como resultado do esgotamento do modelo de acumulação de capital que ficou conhecido como paradigma fordista/taylorista de produção. Esse modelo de produção tem como princípios:

Produção em massa, através de linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista de produção e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre a elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outros (ANTUNES, 1995, p. 17).

O modelo de produção fordista/taylorista encontrou sustentação político-econômica no ideário keynesiano de intervenção estatal, que configurou um adequado modo de regulação através do formato de gestão do chamado Estado de bem-estar social. Deste modo, configurou-se o regime de acumulação fordista, que após a Segunda Guerra Mundial propiciou os “anos dourados” de desenvolvimento do capitalismo, desencadeando um período de crescimento e de relativa estabilidade econômica.

A ideologia neoliberal inscreve-se contra o modo de regulação do Estado de bem-estar social e o reformismo keynesiano, minando os pilares do regime de acumulação fordista. Neste sentido, podemos observar que a crise econômica de meados da década de 70 expressou, também, a própria crise do modelo fordista/taylorista de produção. Esta crise impulsionou um processo de reestruturação político-econômica.

A partir do cenário político-econômico da década de 80, desencadeia-se um processo de mudanças no paradigma produtivo fordista/taylorista dos países de capitalismo avançado. Esse processo é evidenciado pelas profundas mudanças no mundo do trabalho, devido a uma reestruturação produtiva de grande salto tecnológico, que introduziu no mundo fabril uma crescente automação, a robótica e

a microeletrônica, configurando a chamada “terceira revolução industrial”. Para Antunes (1995), o modelo de produção fordista/taylorista deixa de ser o único, e, ao lado dele, despontam outros processos produtivos chamados pós-fordistas. Tais modelos estão pautados em princípios produtivos que se contrapõem ao paradigma fordista.

Os modelos de produção que configuraram este paradigma pós-fordista têm suas origens nas experiências decorrentes da terceira Itália,² das experiências da indústria automobilística Volvo na Suécia³ e, principalmente, nas experiências japonesas de produção – o tão difundido toyotismo. De acordo com Sevo (1995), ao lado do padrão americano fordista/taylorista de produção surge o modelo japonês (toyotismo), que se torna hegemônico frente às novas formas de organização do trabalho requeridas pela tecnologia microeletrônica e pela lógica do mercado globalizado.

Os modelos chamados pós-fordistas passam a substituir o modelo fordista/taylorista e a expressar um padrão de “acumulação flexível”⁴ que difunde um modo de organização da produção baseado em uma lógica de competitividade que busca a adequação da produção à lógica do mercado. De modo geral, esse novo paradigma de produção flexível, que vem sendo chamado de pós-fordista, passa a difundir os seguintes princípios: não produção em massa; produção em pequenos lotes de produtos diferenciados; desconcentração industrial e processo produtivo horizontalizado; automação flexível; trabalhador multifuncional, e gestão participativa.

² Conforme Antunes (1995), a análise da experiência produtiva da terceira Itália feita por Sabel e Piore (1984) desponta pelo pioneirismo da tese de “especialização flexível”. A experiência concreta da terceira Itália possibilitou o advento de uma nova forma produtiva, embasada, de um lado, em um significativo desenvolvimento tecnológico, e, de outro, em uma desconcentração produtiva baseada em pequenas e médias empresas, produzindo de forma artesanal. Esse modelo de especialização flexível passa a produzir para um mercado mais localizado e regional, extinguindo desta forma a produção em série.

³ De acordo com Marx (1992), as experiências desenvolvidas pelas montadoras do grupo Volvo na planta de Kalmar na Suécia, tornaram-se uma espécie de paradigma de uma nova forma de organização do trabalho em que aspectos do tipo: enriquecimentos de cargos, autonomia de decisões sobre o ritmo de trabalho e melhores condições ambientais no trabalho foram concretizadas. O processo produtivo passou a ser calcado em trabalho de grupo, autonomia crescente dos trabalhadores e aplicações diferenciadas de recursos de informática e de automação. Todas essas inovações organizacionais objetivam uma produção em escala de um razoável número de modelos diferentes.

⁴ Para Harvey, a acumulação flexível se “apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (1992, p. 140).

O padrão de produção flexível dissemina novas formas de gestão da força de trabalho que são expressas nos modelos de CCQs (círculos de controle de qualidade), just-in-time/kamban⁵ e grupos semi-autônomos entre outros. Todos esses modelos de gestão da força de trabalho enfatizam a importância da chamada “qualidade total” e da necessidade de uma “empresa enxuta”.⁶

Assiste-se à proliferação desses novos métodos de organização e gestão do trabalho, configurando uma reestruturação nas relações entre capital/trabalho. Esses novos métodos, ao exigirem o engajamento de todos na produção, desenvolvem nos trabalhadores uma ideologia de “parceria” que ressalta o valor da competência e da importância do trabalhador para o sucesso da empresa. Desta forma, essa ideologia de “parceria” que tenta harmonizar a relação capital/trabalho vem implicando em alterações na própria subjetividade da classe operária.

Essas mudanças no mundo do trabalho ocasionadas pelos modelos de produção pós-fordistas, acarretam conseqüências agudas no que diz respeito aos direitos do trabalho. Segundo Antunes (1995, p. 16), “estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase”. É neste sentido que a ideologia neoliberal vem cumprindo o seu papel.

O ideário político neoliberal defende a necessidade do desmonte total da perspectiva político-econômica keynesiana e do próprio Estado de bem-estar social. Observa-se uma inversão dos valores e categorias tais como: coletivismo e igualdade; política de pleno emprego; regulação e proteção social tão caras às políticas do Estado de bem-estar social. Entram em cena os valores e categorias de: individualismo e desigualdade; taxa natural de desemprego; desregulamentação social e econômica. Para Draibe (1993, p. 18), as teorizações neoliberais podem ser genericamente

⁵ O método “just-in-time/kamban” é considerado por *Coriat* (1994) como a maior inovação organizacional da segunda metade do século 20, introduzindo o princípio de “estoque zero”. Esse princípio explica-se pela busca de economia através da eliminação de disfuncionamentos e sobrecustos. Isto significa produzir exatamente as quantidades vendidas e produzi-las no tempo exatamente necessário. Isto se dá através da racionalização do trabalho vivo. É por isso que este método implica na produção do “somente necessário” no “melhor tempo” possível. Pois o método “kamban” é baseado no modelo dos supermercados de reposição dos produtos somente depois da sua venda. Este é o sentido do “estoque zero”.

⁶ Segundo *Coriat* (1994), o resultado intrínseco do uso do método “just-in-time” é a redução otimizada do trabalho vivo, pois reduzindo o estoque, reduz-se, também, o excesso de pessoal, configurando a empresa mínima, ou seja, a empresa enxuta.

reduzidas às afirmações de necessidade da “primazia do mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo e do Estado mínimo, enquanto aquele que não intervém na economia”.

As análises de Serva (1995) indicam que a flexibilização da economia se processa em dois níveis. No primeiro, a flexibilização se dá no mercado de trabalho, ou seja, nas relações entre capital e trabalho através do desmonte da legislação social (a desregulamentação do Estado-providência). No segundo, a flexibilização se dá no próprio processo produtivo através das mudanças no modo de organização e de gestão do trabalho no interior das empresas, que passam a disseminar os princípios de produção do modelo japonês. Para este autor, a ideologia neoliberal enfatiza a importância da revolução tecnológica da microeletrônica/informática em curso, difundindo que essa revolução tem de ser impulsionada e protegida. Para tanto, é preciso desregular a economia e desmobilizar o sindicato.

As medidas político-econômicas neoliberais são expressões das exigências desencadeadas pela transformação da base técnica do capitalismo contemporâneo. Essas exigências são resultantes da revolução tecnológica microeletrônica e da hegemonia dos princípios toyotistas de produção, que apontam para a necessidade de “flexibilização do processo produtivo e de trabalho”.

Por esta razão, concordamos com a análise de Therborn (1995, p. 39), quando observa que “o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo”. A transformação histórica a que se refere este teórico deve ser compreendida como a transformação na base técnica do capitalismo contemporâneo, que passou da automação rígida, isto é, com base na técnica da eletroeletrônica, para a automação flexível, ou seja, com base na técnica microeletrônica/informática. Podemos perceber que, a partir da chamada terceira revolução industrial ocorrida na década de 80, nos países de capitalismo avançado, o capitalismo vem passando por uma reestruturação técnica e, também, política. Esse processo de reestruturação vem exigindo novos mecanismos de acumulação de capital, visto que os mecanismos assentados no paradigma fordista de produção e no modo de regulação do Estado de bem-

estar social já não respondiam às novas exigências do capital. Este, em um contexto de globalização, pressiona as economias para um verdadeiro processo de desregulação e flexibilização econômica. Esse processo de flexibilização da economia pode ser analisado como a expressão econômica deste período de transição do modo de acumulação do capital, o qual vem sendo chamado como a época da pós-modernidade.

De acordo com Anderson (1995, p. 23), de forma político-ideológica, o neoliberalismo alcançou um grande êxito com o qual seus fundadores sequer tinham imaginado. A aceitação da idéia de que a única alternativa para a saída da crise seria a receita neoliberal ficou constatada na maioria dos governos da década de 80 e 90. Esse foi o fenômeno da hegemonia neoliberal. No plano social, o neoliberalismo também alcançou seu êxito criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como prega a ideologia neoliberal. Entretanto, no plano econômico, não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo. Esse é o resultado paradoxal da receita neoliberal, mesmo com o processo de flexibilização da economia em favor do capital, a taxa de crescimento econômico ou de acumulação (efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos) não cresceu durante os anos 80, e sim caiu em relação a seus níveis médios dos anos 70.

A recuperação dos lucros, conforme Anderson (1995), não levou à recuperação dos investimentos. Esta situação foi ocasionada pela desregulamentação financeira, visto que a mesma enquanto elemento principal da receita neoliberal criou condições mais propícias para a inversão especulativa que a produtiva. Devido a esta financeirização da economia nos anos 80, aconteceu uma verdadeira explosão de mercados de câmbio internacional cujas transações são puramente monetárias, o que acarretou a diminuição do mercado de “mercadorias reais”.

Neste sentido, o neoliberalismo pode ser analisado como uma ideologia que favorece o capital financeiro. Para Salama (1995), as conseqüências mais graves das políticas de ajustes financeiros neoliberais são a ampliação das desigualdades sociais e a quebra do aparato industrial.

Pós-modernidade: época do “conformismo generalizado”

As mudanças sócio-históricas operadas nas sociedades capitalistas a partir do final da década de 70, instauraram o período do desenvolvimento capitalista chamado de pós-moderno. A pós-modernidade não pode ser entendida como uma negação radical da modernidade enquanto uma estrutura econômica e política capitalista. O que podemos perceber, conforme Santos (1993), é um “processo de transição” para novas formas de acumulação de capital e de dominação política que reforçam a estrutura capitalista.

A chamada acumulação flexível desencadeou um processo de desindustrialização nos países de capitalismo avançado e de expansão das áreas de serviços. Este processo foi desencadeado por uma revolução tecnológica que modificou o mundo do trabalho e a própria constituição da classe operária.

O processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, em que o neoliberalismo é sua expressão político-ideológica, pode ser visualizado como um processo de exclusão social, pois em todos os países em que as receitas neoliberais foram postas em prática, evidencia-se uma exacerbação da desigualdade social: os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres.

Apesar desta situação dramática de exploração e desigualdade social, o período contemporâneo pode ser caracterizado como um período de apatia política e de conformismo frente aos novos mecanismos de exploração utilizados pela ideologia neoliberal e pela perspectiva de globalização da economia.

Castoriadis analisa que esse período posterior à década de 80 pode ser caracterizado:

Pela evanescência do conflito social, político e ideológico [...]. Por certo também os últimos quarenta anos viram nascer movimentos importantes de efeitos duráveis (mulheres, minorias, estudantes e jovens), esses movimentos, porém, acabaram meio fracassados; nenhum deles pôde propor nova visão da sociedade, ou afrontar o problema político global como tal (1982, p. 22).

É sob esta perspectiva que Castoriadis considera que depois dos movimentos sociais reivindicatórios dos anos 60, o projeto de “autonomia” parece ter sofrido um eclipse total, tendo em vista o peso crescente da privatização, da despolíticação e do individualismo nas sociedades contemporâneas.

De acordo com a análise de Sodré (1995), a situação econômica globalizada tem seu respaldo em uma dominação ideológica (neoliberal), que insiste em demonstrar que chegamos ao “fim da história”, que o socialismo mostrou-se inviável e que o futuro do capitalismo é o próprio capitalismo. Agora os países em desenvolvimento só têm uma alternativa: subjugarem-se ao domínio dos países desenvolvidos, isto é, aceitarem seus lugares no mundo globalizado.

O conceito de globalização da economia deve ser entendido como um termo que vem reforçar a lógica neoliberal da “primazia do livre mercado”. Essa ideologia de defesa da globalização da economia na contemporaneidade parece contradizer a tese de Vattino (1991), para o qual o “fim da modernidade” deve-se à impossibilidade de pensar o curso histórico como um curso unitário. Entretanto, o sentido da ideologia neoliberal e o da globalização é exatamente esse, configurando-se como uma reestruturação político-econômica da forma de dominação dos países em desenvolvimento pelos países de capitalismo avançado, tendo no comando os EUA. Segundo Sodré (1995, p. 3), a área capitalista chamada de Primeiro Mundo, constituída pelo conhecido grupo dos sete, passou a considerar-se como dona do mundo, cujas receitas neoliberais deveriam ser seguidas por todo o restante dos países em desenvolvimento. Esta é a ideologia de “fim da história” tão bem defendida pelo teórico Fukuyama em 1989, no contexto do fim da guerra fria.

Para Vattino (1991), a pós-modernidade, época do mundo globalizado, tem seu sentido ligado ao fato de que a sociedade contemporânea é uma “sociedade dos mass media”, isto é, uma sociedade de “comunicação generalizada”. As inovações tecnológicas da área de comunicação permitiram uma explosão e multiplicação generalizada das informações e de visões de mundo, o que desencadeou nos EUA a tomada de palavra pelas minorias de todos os tipos. Desta forma, a opinião pública foi tomada pela efervescência de culturas de todos os gêneros. Entretanto, esse autor objecta que essa efervescência política tenha correspondido a uma verdadeira

emancipação política, pois o poder econômico está ainda nas mãos do grande capital. Para Vattino: “O ocidente vive uma situação explosiva, uma pluralização que parece ser irreversível e que torna impossível a concepção do mundo e da história segundo pontos de vista unitários” (1991, p. 14).

Apesar da pós-modernidade, vista como uma sociedade de comunicação generalizada, apontar para efeitos de uma fragmentação da racionalidade global (usando o termo de Santos), percebe-se que essa fragmentação de visões de mundo não desempenhou nenhuma mudança substancial na hegemonia da ideologia neoliberal. Deste modo, concordamos com Sodré (1995) quando observa que o neoliberalismo deve ser entendido como uma “tecnologia da exploração moderna”. Apesar de os resultados sociais dramáticos desta exploração moderna dos países em desenvolvimento pelos países de capitalismo avançado, não se assiste a nenhuma defesa de um projeto político alternativo para o desenvolvimento histórico. Para este autor, as forças revolucionárias parecem estar conformadas com o “fim da história”.

Neste sentido, compartilhamos das idéias de Castoriadis (1982) quando analisa que a pós-modernidade, em seu sentido político-cultural, pode ser entendida como a negação da crítica das realidades instituídas, tão bem exercida pelos movimentos classistas do período moderno. A situação contemporânea é assim bem definida como o período de “retração no conformismo”.

Cabe-nos questionar os fatores determinantes desta situação de vazio político e de conformismo generalizado, visto que a situação atual é em si mesma geradora de conflito. É necessário refletir as causas da exploração e dominação capitalista na pós-modernidade, desvelando os fatores que vêm enfraquecendo o espírito crítico e revolucionário dos homens na busca de uma sociedade mais justa.

Acreditamos que essas questões são complexas e requerem uma análise do ponto de vista objetivo, isto é, sobre as mudanças sócio-históricas do capitalismo, mas, também, é necessário uma análise do ponto de vista da subjetividade dos atores destas mudanças sócio-históricas. É necessário, portanto, levar em conta o aspecto individual do ser humano, tentando refletir em que momento na análise sociológica o social se singulariza e vice-versa.

Sennet (1988) em sua obra *O declínio do homem público*, parece já apontar para essa necessidade quando problematiza a questão da sociedade contemporânea como um grande sistema psíquico, ou seja, uma “sociedade intimista”. O autor defende a seguinte tese: “as sociedades ocidentais estão mudando a partir de algo semelhante a um estado para o outro para um tipo voltado para a interioridade” (1988, p. 18).

No desenvolvimento desta tese, procura demonstrar que o trajeto histórico da modernidade foi, também, o trajeto do declínio da esfera pública nas sociedades ocidentais. Demonstra que na sociedade contemporânea existe uma confusão entre a esfera pública e a esfera privada das relações sociais. Entendendo como esfera pública da vida, o espaço em que se mantêm relações com estranhos. E como esfera privada, a área da vida reservada às relações com os membros da família e com os amigos mais íntimos.

Essa confusão entre as esferas pública e privada da vida na contemporaneidade, segundo Sennet, ocasionou uma “visão intimista da sociedade”, fazendo com que: “as pessoas tratem em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por códigos de significação impessoal” (1988, p. 18).

Conforme Sennet, o trajeto deste declínio tem início no século 19, pois no século anterior havia um domínio do público, ou melhor, havia um equilíbrio entre a esfera pública e a esfera privada da vida. Esse equilíbrio se deve ao próprio processo de constituição da burguesia, em que a difusão das relações mercantis impulsionou o crescimento das cidades e o desenvolvimento de redes de sociabilidade. É a época de construção de enormes parques urbanos e das primeiras tentativas de construção de ruas com a finalidade de passeios pedestres como forma de lazer. É, também, a época em que cafés e estalagens tornaram-se verdadeiros centros sociais, ou melhor, lugar de ajuntamento de pessoas. O teatro e a ópera se abriram para o grande público, demonstrando que as comodidades urbanas expandiram-se ultrapassando o pequeno círculo das elites. As classes laboriosas passaram a adotar alguns hábitos de sociabilidade, como passeios nos parques, antes exclusivos das elites. Para Sennet, o século 18 pode ser caracterizado como uma época de “integração social”, ou seja, do domínio da esfera pública, em que se configurou uma linha divisória entre vida pública e vida privada que:

Constituía essencialmente um terreno onde as exigências de civilidade – encaradas pelo comportamento em público, cosmopolita – eram defrontadas com as exigências da natureza – encarnadas pela família. Os cidadãos viam um conflito entre essas exigências; e a complexidade dessa visão residia no fato de que se recusavam a preferir uma em detrimento da outra, mantendo ambas em um estado de equilíbrio (1988, p. 20).

Entretanto, esse equilíbrio entre vida pública e privada começa a desaparecer no final do século 19, mas isso não ocorreu de forma abrupta e, sim, foi resultado de um longo processo. De acordo com Sennet, esse processo foi impulsionado por duas grandes forças: primeiro, pela ascensão de um capitalismo industrial que modificou a cultura pública devido à mistificação da vida material em público, especialmente em matéria de roupas – ocasionada pela produção e distribuição em massa – que configurou uma espécie de homogeneização das vestimentas, estabelecendo de certa forma uma ocultação das diferenças, acarretando uma nova visão no entendimento das pessoas sobre as relações com estranhos, isto é, as relações no âmbito público. A Segunda força refere-se a uma espécie de reformulação do entendimento do secularismo, ou seja, da crença na vida terrena. Sennet analisa que: “A ordem da natureza do século XVIII, na qual os fenômenos tinham um lugar, mas no qual a natureza transcendia os fenômenos, foi assim subvertida” (1988, p. 37).

Essa inversão se deve ao processo de fetichismo das mercadorias, que dotou as mercadorias de qualidades humanas, fazendo com que a relação entre pessoas e coisas tomassem uma nova configuração. As coisas (objetos e mercadorias) passam a tomar significação própria, melhor dizendo, objetos físicos tomam significação psicológica, subvertendo neste sentido a ordem natural. As pessoas passam de “dominadores” das coisas a “dominados por elas” (psicologia do consumo). É em meio a esse processo de fetichização das relações humanas, que na esfera pública é desencadeado um processo de estranhamento do homem com os outros homens. Segundo Santos (1993), parece que os homens no afã de dominarem a natureza, colocaram-se mais à vontade com as coisas do que com as pessoas. Esse processo de estranhamento entre as pessoas desencadeou uma nova rearticulação entre a esfera pública e privada da vida.

As análises de Sennet indicam que as pessoas passaram a atribuir um valor superior à esfera privada – como a esfera do bem moral. E passaram a visualizar a esfera pública como o lugar do “profano”, isto é, o lugar das relações com estranhos. Entretanto, a esfera pública continuou a ser visualizada como uma esfera de importância, no que se referia às necessidades de experienciar as situações mundanas.

Desta forma, a esfera pública passou a configurar-se como uma “forma de aprendizagem” necessária à formação da personalidade. Conforme Sennet: “Gradualmente a vontade de controlar e de moldar a ordem pública foi se desgastando, e as pessoas passaram a enfatizar mais o aspecto de se protegerem dela” (1988, p. 35).

Neste sentido, o autor observa um retraimento no valor atribuído à esfera pública em detrimento da esfera privada da vida do homem em sociedade.

Mas, o processo de declínio do homem público para Sennet (1988) é acentuado no século 20. Para o autor, foi a geração nascida após a segunda guerra mundial que se voltou para dentro de si ao se libertar das repressões sexuais. Essa mesma geração operou a maior parte da destruição física do domínio público, no que se refere à arquitetura e ao desenvolvimento urbano das cidades. Analisando a arquitetura pós Segunda Guerra de Nova York, Londres e Paris, demonstra que a mesma assumiu um novo conceito de projeto arquitetural, em que a “estética da visibilidade” e do “isolamento social” se fundem. O mesmo aconteceu com a organização do espaço urbano, onde a supressão do espaço urbano vivo se deve a perversa idéia de “fazer o espaço contingente às custas do movimento”. Por esta razão, as ruas e praças passam a ser configuradas como espaços públicos destinados à “passagem” e, não, à “permanência”, dificultando as relações sociais em público.

Sennet (1988) não só analisou os aspectos sócio-históricos e econômicos deste processo de declínio da esfera pública da vida, mas, também, buscou nos recursos da psicanálise uma alternativa explicativa para compreender as causas das sociedades contemporâneas terem se tornado sociedades de “espaços públicos esvaziados”. Para ele, a visão intimista da realidade social apropriada às finalidades pessoais organiza as experiências de modo destrutivo. Segundo o autor, parece que: “As energias básicas do narcisismo são mobilizadas de modo a penetrarem sistematicamente e perversamente nas relações humanas” (p. 21).

Em sua análise, o autor define como narcisismo “a preocupação consigo mesmo que impede alguém entender aquilo que é inerente ao domínio dos EUA e da autogratificação, e aquilo que não lhe é inerente” (SENNET, 1988, p. 22). Essa obsessão, com aquilo que está na pessoa, leva ao questionamento da relevância pessoal das outras pessoas e de atos exteriores aos seus. Desta forma, a erosão de uma vida pública forte desencadeia um processo de privatização crescente nas relações sociais.

Com base no referencial analítico de Sennet (1988), podemos dizer que esse aumento da preocupação com as questões relativas aos EUA acarretou a diminuição das relações sociais com estranhos, isto é, essas relações perverteram-se com a questão psicológica. Portanto, a participação social na esfera pública com objetivos coletivos cede lugar a uma espécie de “egocentrismo” e “individualismo”.

Não é difícil de perceber que essa “intimização da sociedade” tem como consequência a passividade e a desvalorização da ação social, ocasionando, desta maneira, o que Castoriadis já analisou como o “retraimento no conformismo” da pós-modernidade.

Considerações finais

Percebemos, através desta reflexão, a importância na análise sociológica dos fatores tanto objetivos como subjetivos. É sob esta perspectiva que concordamos com Enriquez (1990) quando observa que a sociologia não pode ser indiferente ao problema da “alteridade”. Pois é exatamente a relação dos homens que vêm assumindo novas formas na contemporaneidade. Segundo Sennet (1988), tomam formas de relações destrutivas, assentadas em uma espécie de narcisismo que impede a ação social devido às forças egocêntricas e individualistas disseminadas na sociedade.

Segundo Enriquez (1990), Freud já apontava a fragilidade da sociologia ao ignorar o psiquismo individual e coletivo na explicação dos fenômenos sociais. Neste sentido, aponta como núcleo de análise das ciências sociais a noção de “alteridade”, compreendendo esse termo como as modalidades específicas com as quais entramos em contato com um outro ser, aceitando vê-lo em sua singularidade.



Essa singularidade diz respeito às diferenças humanas e suas unicidades, visto que somos seres plurais, diferenciados e únicos.

Deste modo, na contemporaneidade emerge nas ciências sociais a importância da “subjetividade” como eixo explicativo dos fenômenos sociais. Passou-se a refletir a necessidade de não isolar as análises do social apenas no foco da estrutura social. Conforme Enriquez:

Adeus a uma sociologia sumária que agrupa, num mesmo conjunto, sujeitos apresentando características socioeconômicas semelhantes, pois ela não poderá nos permitir prever as condutas destes indivíduos ditos semelhantes: um agrupamento em uma classe lógica de operários não formará uma classe operária, ou seja, um grupo que tem um projeto, uma orientação normativa, uma consciência solidária dos problemas, nem formará, a fortiori, um proletariado, encarregado pela história de liberar a humanidade de suas amarras (1990, p. 50).

O autor demonstra a necessidade de levar-se em conta as diferenças individuais dos sujeitos que constituem os grupos sociais, percebendo os conflitos sociais em sua cotidianidade. É necessário analisar as relações sociais não só através de uma análise dos sistemas e dos modos de produção, mas, também, levar em consideração a subjetividade dos sujeitos que constituem esses sistemas produtivos, percebendo o confronto entre si, ou seja, levando em conta a noção de “alteridade”. Hannah Arendt (1981) já bem nos lembrava a questão da pluralidade do ser humano quando observa que são os homens, e não o homem, que vivem na terra e habitam o mundo.

De acordo com essa perspectiva, entendemos que a contemporaneidade aponta para novas formas de compreensão da noção de classe social, enfraquecendo-se a noção de um “sujeito único da história”. A fragmentação da racionalidade humana, em meio a uma cultura política globalizada, leva-nos a refletir sobre a necessidade de criar-se novas formas de organização social a partir dos conflitos cotidianos, abrangendo os mais variados segmentos sociais que experimentam os mesmos problemas e injustiças sociais. Por esta razão, concordamos com Thompson

(1984) quando analisa que: “A classe social se forja na luta social [...] não é mera derivação da estrutura social capitalista, ela se forma na luta cotidiana contra essa estrutura” (p. 37).

Percebe-se que para este autor é na cotidianidade que se forma a consciência de classe. Mas, nós nos perguntamos como motivar ações sociais críticas de classe, quando estamos na contemporaneidade mergulhados numa espécie de privatização destas ações, em que o individualismo fala mais alto que o coletivismo?

Acreditamos que a situação atual analisada como de “conformismo generalizado” por Castoriadis (1982) tem relação com essa “intimização das relações sociais” analisadas por Sennet (1988). Essa “intimização” parece estar impedindo que as pessoas vivenciem a exploração, as injustiças e as desigualdades sociais de forma coletiva.

Sob esta ótica, compartilhamos com as idéias de Barrigton Moore, quando analisa que:

As proposições universais sobre a primazia das mudanças econômicas devem ser rejeitadas de todo. Sem sentimentos de indignação morais fortes, os seres humanos não agirão contra a ordem social. Neste sentido, as convicções morais se transformam num elemento igualmente necessário para mudanças na ordem social em conjunto com as alterações na estrutura econômica (1987, p. 635).

No entanto, o contexto atual do desenvolvimento capitalista, entendido nesta análise como o contexto da chamada pós-modernidade, demonstra que o “conformismo” e a “apatia política” são sintomas agudos. Portanto, faz-se necessário refletir quais os meios que podem levar os homens a vivenciarem os sentimentos de indignação moral de maneira coletiva, ou seja, como fazer para que esses sentimentos extrapolem a esfera privada da vida e impulsionem ações políticas coletivas. Essa é uma reflexão que deve ser amadurecida por todos aqueles que buscam superar os entraves político-econômicos e culturais que vêm bloqueando, ou melhor, minando as energias de resistência coletiva. É necessário compreender a rede complexa de fatores objetivos e subjetivos que consubstanciam as relações sociais na chamada

“pós-modernidade”. É necessário, portanto, compreendermos a expressão econômica da mesma, desnudando os mecanismos da reestruturação capitalista através das novas formas de acumulação flexível, como, também, sua expressão política, desvelando as causas da hegemonia da ideologia neoliberal.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-38.

ANTUNES, Ricardo. *Adens ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BRUNHOFF, Susane de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1991.

CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto – o mundo fragmentado. *A época do conformismo generalizado*. v. 3, 1982.

CORIAT, Benjamim. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Renavan/UFRJ, 1994.

DRAIBE, Sônia Maria. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista USP*, São Paulo, 1993.

ENRIQUEZ, Eugene. *Da borda ao Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1990.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MARX, Roberto. Processo de trabalho e grupos semi-autônomos: a evolução da experiência sueca de kalmar aos anos 90. *Revista de Administração de Empresa*, São Paulo, 1992.

MOORE JR., Barrigton. *As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 51-53.

SANTOS, Boaventura de Souza. O social e o político na transição pós-moderna. *Lua Nova*, n. 31, 1993.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1988.

SERVA, Maurício. *Modelos de desenvolvimento e evolução da gestão empresarial*. Mestrado de administração – UFRN, 1995. [mimeo.]

SEVO, Walter Augusto. *Systematics, mudança cultural e desenvolvimento organizacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck de. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

THERBORN, Góram. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 39-50.

THOMPSON, E. P. La sociedad Inglesa del siglo XVIII: lucha de classes sin classes? In: *Producción, revolta y consciência de classe*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

VATTINO Jr., Barrigton. *A sociedade transparente*. Lisboa: Edições 70, 1991.

